

Comunicação em Saúde no Instagram da Prefeitura do Rio de Janeiro: análise das estratégias da vacinação contra a covid-19

Health Communication on the Instagram of the Rio de Janeiro City Hall: Analysis of covid-19 Vaccination Strategies

Comunicación en Salud en el Instagram del Ayuntamiento de Río de Janeiro: análisis de las estrategias de vacunación contra la covid-19

Priscila Cardia Petra^{1,2,a}

priscilacpetra@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3468-2030>

Ester Paiva^{2,b}

ester.paiva@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-8168-8585>

Celita Almeida^{2,c}

celitarosarioa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3518-9141>

Flávia Vieira^{2,3,d}

flavia.martinsvieira@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7474-8850>

Michelle Fernandez^{4,e}

michelle.fernandez@unb.br | <https://orcid.org/0000-0003-0224-0991>

Gustavo Matta^{2,5,f}

gustavo.matta@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0003-0224-0991>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Fundação Oswaldo Cruz, Núcleo Interdisciplinar sobre Emergências em Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife, PE, Brasil.

⁴ Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Brasília, DF, Brasil.

⁵ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Gonçalo Muniz, Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde. Salvador, BA, Brasil.

^a Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz.

^b Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

^c Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

^d Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

^e Doutorado em Processos Políticos Contemporâneos pela Universidade de Salamanca.

^f Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

Esta pesquisa pretendeu analisar a forma com a qual a Prefeitura do Rio de Janeiro utilizou o Instagram para comunicação em saúde nos cinco primeiros meses da vacinação contra a covid-19. Utilizou-se a análise de conteúdo de 148 publicações selecionadas do Instagram da Prefeitura e, dessa análise, emergiram duas categorias. Verificou-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro diversificou recursos para divulgar a campanha de vacinação, procurando estimular a confiança vacinal por meio da interatividade com os usuários e enfatizando personalidades e locais históricos da cidade. Constatou-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro adotou estratégias tradicionais e informacionais para a referida campanha de vacinação e buscou utilizar as ferramentas da plataforma digital para amplificá-la. Ao final, discutem-se as limitações da utilização das redes sociais por entes e órgãos estatais e como estabelecer diálogos com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Keywords: Comunicação; Vacinação; Saúde; Instagram; Covid-19.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how the Municipality of Rio de Janeiro (RJ) utilized Instagram for health communication during the first five months of the covid-19 vaccination campaign. Content analysis was employed on 148 selected posts from the Municipality's Instagram, resulting in the emergence of two categories. It was observed that the Municipality of Rio de Janeiro diversified resources to promote the vaccination campaign, seeking to boost vaccine confidence through user interactivity, and emphasizing personalities and historical locations within the city. The Municipality of RJ employed both traditional and informational strategies for the vaccination campaign while leveraging digital platform tools to amplify its reach. In conclusion, the study discusses the limitations of social media usage by governmental entities and how to establish dialogues aligned with the principles of the Unified Health System.

Palabras clave: Communication; Vaccination; Health; Instagram; Covid-19.

RESUMÉN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la forma en que el Ayuntamiento de Río de Janeiro (RJ) utilizó Instagram para la comunicación en salud durante los primeros cinco meses de la vacunación contra la covid-19. Se realizó un análisis de contenido sobre 148 publicaciones seleccionadas del Instagram de el Ayuntamiento, lo que resultó en la identificación de dos categorías. Se observó que el Ayuntamiento de Río de Janeiro diversificó los recursos para difundir la campaña de vacunación, buscando estimular la confianza en la vacunación a través de la interactividad con los usuarios, enfocándose en personalidades y lugares históricos de la ciudad. Se constató que el Ayuntamiento de RJ empleó estrategias tanto tradicionales como informativas para la campaña de vacunación, al tiempo que aprovechaba las herramientas de la plataforma digital para amplificar su alcance. En conclusión, se discuten las limitaciones del uso de las redes sociales por parte de entidades y organismos estatales, así como la manera de establecer diálogos alineados con los principios del Sistema Único de Salud.

Palabras clave: Comunicación; Vacunación; Salud; Instagram; Covid-19.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Priscila Cardia Petra.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Priscila Cardia Petra, Ester Paiva, Celita Almeida, Flávia Vieira, Michelle Fernandez, Gustavo Matta.

Redação do manuscrito: Priscila Cardia Petra, Ester Paiva, Celita Almeida, Flávia Vieira, Michelle Fernandez, Gustavo Matta.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Priscila Cardia Petra, Ester Paiva, Celita Almeida, Flávia Vieira, Michelle Fernandez, Gustavo Matta.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Este trabalho integra o projeto "A covid-19 no Brasil 2: análise e resposta aos impactos sociais da imunização, tratamento, práticas e ambientes de cuidado e recuperação de afetados", que é desenvolvido pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Ele integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia (Convênio FINEP/UFRGS 1212/21). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 5 fev. 2024 | aceito: 19 abr. 2024 | publicado: 27 set. 2024.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Em 18 de janeiro de 2021, após cerca de 10 meses do primeiro caso de covid-19 na cidade do Rio de Janeiro (Cavalcante; Abreu, 2020), Dulcinéia da Silva Lopes, de 59 anos, técnica de enfermagem do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, e Terezinha da Conceição, de 80 anos, foram as primeiras cariocas a receber a vacina contra a enfermidade. O evento, realizado no Cristo Redentor, ocorreu um dia após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar a vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e a Covishield, produzida pela farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz. A data marcou o início da vacinação na cidade, sendo essas as primeiras das milhões de doses de vacina a serem aplicadas ao longo dos meses que seguiram, em uma campanha de vacinação de proporções até então não experienciadas.

Diversos percalços marcaram a vacinação contra a covid-19, destacando-se entre eles a falta de alinhamento entre união, estados e municípios durante o período (Fernandez; Pinto, 2020). Constitucionalmente, a proteção e a defesa da saúde são competências concorrentes dos entes federativos (Brasil, 1988); todavia, a competência na elaboração do Programa Nacional de Imunizações (PNI) cabe ao Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde (Brasil, 1975). Ocorre que, após a alternância de quatro diferentes ministros na pasta (Oliveira; Baccarin, Guimarães, 2020), divulgação de tratamentos ineficazes (Brasil, 2021) e diversos pronunciamentos contrários à imunização perpetrados pelo então presidente Jair Bolsonaro (Lopes, 2022), o órgão por vezes foi paralisado e o PNI enfraquecido. Nesse cenário, a atuação dos municípios na promoção das vacinas foi determinante, enquanto as dificuldades impostas pela conjuntura acentuaram o encargo dos gestores municipais na condução da campanha (Mello; Lima; Costa, 2023).

Dentre as principais atribuições da administração municipal, destacaram-se a comunicação pública sobre informações oficiais e científicas acerca dos imunizantes, assim como a comunicação do longo processo de vacinação que então se iniciava por meio das Tecnologias da Informação e do Comunicação (TICs). Desde os primeiros casos da covid-19 no Brasil, a divulgação científica precisou adaptar-se para se aproximar da sociedade em uma conjuntura de excesso de informações ininterruptas, que prejudicou (e ainda prejudica) o discernimento sobre quais seriam as fontes idôneas e orientações confiáveis em relação à pandemia, o que a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu como infodemia (Mello; Lima; Costa, 2023; Opas, 2020). Consequentemente, as estruturas de comunicação dos entes federativos e órgãos públicos, em especial os das prefeituras municipais, foram instigadas a elevar os seus esforços.

Nesse cenário, a administração municipal também lidou com o crescimento da hesitação vacinal no Brasil, concebida como o atraso na aceitação ou recusa da vacinação, apesar da disponibilidade nos serviços (MacDonald, 2015). Uma pesquisa que realizou entrevistas on-line em todos os estados do país, com 173.178 brasileiros, em janeiro de 2021, demonstrou que 11,9% dos pais apresentaram hesitação vacinal e 7,7% dos entrevistados revelaram hesitação vacinal específica para a covid-19 (Moore et al., 2021).

Considerando o contexto, este trabalho buscou compreender de que forma a Prefeitura do Rio de Janeiro atuou na sua página oficial do Instagram durante a campanha de vacinação contra a covid-19 entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2021. Compreender as práticas de entes federativos e órgãos públicos nas plataformas digitais se mostra relevante diante da potencialidade de alcance para comunicação em saúde. Nesse sentido, as mídias sociais podem representar uma possibilidade de interação com sujeitos, tanto na divulgação de informações públicas e no controle social dos atos administrativos, quanto no monitoramento do conteúdo resultante dessa interação (Santos, 2016).

Além disso, estudos consideram que a pandemia da covid-19 contribuiu para ampliar o uso das tecnologias de comunicação em saúde. Logo, analisar as experiências nas redes sociais pode potencializar a criação de uma rede de comunicação rápida, acessível e democrática entre o estado e a sociedade. O

Instagram, especificamente, possibilitou disseminar qualificadas informações e saberes em saúde através das publicações de diversos perfis governamentais, contribuindo para que a população acessasse informações sobre a pandemia de forma menos danosa (Coutinho et al., 2022).

Para viabilizar a pesquisa, foi realizada análise de conteúdo, recorrendo-se inicialmente à análise documental para obter o máximo de informação com o máximo de pertinência (aspectos quantitativo e qualitativo). Ao todo, foram selecionadas e catalogadas 148 publicações e, a partir da análise, constituíram-se duas categorias que apresentaram critérios comuns ou alguma analogia no seu conteúdo (Bardin, 2015), sendo elas: 1. Informativa: com o intuito de informar sobre a campanha de vacinação (calendário vacinal, locais de vacinação e avanço da campanha); e 2. Interativa: com o intuito da promoção da confiança vacinal por meio de publicações que geram conversas e compartilhamentos nas redes sociais.

Ao final, a pesquisa busca ponderar sobre as estratégias comunicacionais utilizadas, avaliando as dificuldades enfrentadas durante o processo de imunização e as limitações das TICs como ferramentas de comunicação em saúde. O estudo também busca estabelecer diálogos entre o uso das TICs e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no intuito de balizar práticas comunicativas inovadoras (Araújo; Cardoso, 2007).

METODOLOGIA

A crescente importância da comunicação em saúde por meio das redes sociais estimulou o desenvolvimento desta pesquisa, a qual pretende compreender a forma como a Prefeitura do Rio de Janeiro utilizou a sua página oficial do Instagram entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2021, período inicial da campanha de vacinação contra a covid-19. No trajeto metodológico do estudo, empregou-se a Análise de Conteúdo (AC), seguida de abordagem quantitativa e qualitativa.

A AC é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. As inferências correspondem à produção de deduções lógicas (Bardin, 2015).

Para realizar a AC, recorreu-se preliminarmente às técnicas de análise documental de forma a obter o máximo de informação com o máximo de pertinência (aspectos quantitativo e qualitativo). Dessa forma, foi analisado todo o conteúdo do perfil do Instagram da Prefeitura do Rio de Janeiro, entre 1º de janeiro e 31 de maio, e 148 publicações foram catalogadas por estarem associadas à campanha de vacinação contra a covid-19.

O Instagram foi escolhido por ser a terceira rede social mais utilizada do Brasil, com aproximadamente 113,5 milhões de usuários no início de 2023 (Kemp, 2023). Dentre as redes sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro, o seu perfil oficial do Instagram é o que acumula maior número de seguidores, com aproximadamente 821 mil em dezembro de 2023, sendo o segundo perfil de prefeitura mais seguido dentre as capitais de estados brasileiros. Dessa forma, ao longo do ano de 2021, o citado perfil foi uma ferramenta comunicacional essencial para a vacinação contra a covid-19.

Para uma visualização mais detalhada do material, selecionaram-se publicações ilustrativas das categorias que emergiram da análise. Os comentários dos usuários foram retirados das publicações expostas nesta pesquisa no formato de imagem. Como critério, considerou-se a quantidade de publicações referentes à categoria e à relevância do tema para o debate que aqui se propõe. Alguns dos aspectos explorados podem ser inseridos em mais de uma categoria, afinal, elas não se excluem, e sim se alimentam. Todavia, para efeitos de análise, optou-se por associar cada categoria a um determinado conteúdo cuja característica foi predominante.

RESULTADOS

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município do Rio de Janeiro possuía uma população estimada de 6.211.223 pessoas em 2022, sendo o segundo maior centro urbano do Brasil (IBGE, 2022). De março de 2020 até dezembro de 2023, ocorreram 38.195 mortes por covid-19 no seu território, sendo certo que a taxa de letalidade chegou a ser de 8,7%, uma das maiores do Brasil (Rio de Janeiro, c2023). Durante os primeiros momentos da pandemia, o município lidou com diversos desafios, tais como escassez de recursos, número insuficiente de profissionais, falta de EPIs e testagem (Fernandes; Ortega, 2020). Além disso, os casos de corrupção decorrentes do superfaturamento de hospitais e equipamentos geraram uma grande insegurança política que, ao final, resultou no impeachment do então governador do estado, Wilson Witzel (Barcellos, 2021).

Nacionalmente, desde os primeiros casos de covid-19, em fevereiro de 2020, o enfrentamento à pandemia foi marcado pela atuação descoordenada dos entes federativos, assim como pela desinformação (Galhardi et al., 2020), cenário que perdurou na campanha de vacinação. Nesse sentido, o município do Rio de Janeiro acompanhou as orientações do Ministério da Saúde (MS) e do Programa Nacional de Imunizações (PNI) enquanto, por vezes, diante da ausência de doses, de parâmetros para definir os grupos prioritários e de políticas públicas de informação em saúde acerca dos imunizantes, atuou distintamente a partir da sua competência constitucional, o que é perceptível nos primeiros meses de vacinação.

O perfil oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro no Instagram se mostrou uma ferramenta determinante para se comunicar com a população acerca da campanha de vacinação, principalmente no seu início, quando foi necessário o estabelecimento de locais, dias, horários da semana, grupos a serem vacinados, informação sobre a falta de doses, dentre outras mensagens pertinentes para o processo.

Foram selecionadas cronologicamente todas as publicações sobre a campanha de vacinação contra covid-19 entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2021 no Instagram da Prefeitura do Rio de Janeiro, totalizando 147 publicações. Na análise de conteúdo, 97 encontram-se na categoria “informativa”, uma vez que abordam temas relativos ao calendário vacinal (chegada das vacinas, vacinação dos grupos prioritários, pontos de vacinação, número de cariocas vacinados, apelo de retorno para a 2ª dose, mudanças nos calendários, suspensões etc.).

Enquanto isso, 42 publicações encontram-se na categoria “interativa”, pois têm como participantes figuras renomadas da cidade do Rio de Janeiro; trazem imagens e vídeos sobre datas festivas da cidade e o possível retorno delas com o avanço da vacinação; mostram pontos de referência da cidade como postos de vacinação e histórias de cariocas vacinados; e, por fim, abordam informações dos imunizantes (motivo pelo qual existem grupos prioritários, fake news, informações sobre a vacina e sua eficácia).

Oito publicações são sobre campanha de combate à fome em associação com a de vacinação e o apoio da ONG Core Response à Prefeitura, ambas não inclusas na categorização.

Na Figura 1 podemos visualizar o descrito acima.

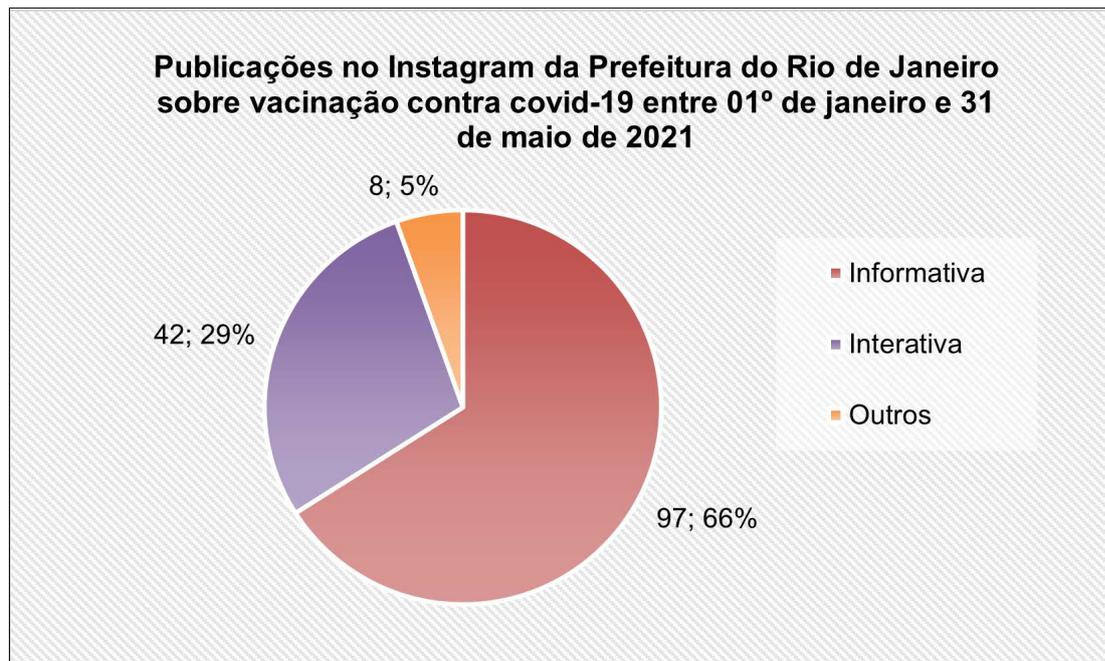


Figura 1 – Tabela com quantidade de publicações analisadas e respectivos percentuais de cada categoria
Fonte: elaborado pelos autores a partir da dados da pesquisa.

Os dados acima expostos encontram-se organizados e acessíveis por meio de [tabela de Excel](#), a qual reúne os links das publicações, o conteúdo, o assunto que emerge e a categorização.

Informativa: a trajetória da vacinação na cidade do Rio de Janeiro

Esta categoria foi constituída pelas 97 publicações, englobando informações básicas da campanha de vacinação, tais como calendário vacinal, locais de vacinação e avanço da campanha. Além disso, também abrange a divulgação da vacinação dos grupos prioritários e as faixas etárias, pontos de vacinação e outras informações de cunho prático acerca do processo de vacinação.

Percebe-se que os dois primeiros meses da campanha (janeiro e fevereiro) foram marcados pela chegada de imunizantes, pela vacinação dos grupos prioritários (trabalhadores da linha de frente e idosos), pela divulgação de calendários e pela primeira suspensão devido à falta de imunizantes. Já os três meses seguintes (março, abril e maio) demonstram o avanço da campanha, também com a chegada de imunizantes, com a vacinação dos demais integrantes dos grupos prioritários e consequente divulgação de novos calendários, assim como suspensões pela falta de imunizantes.

Percebe-se que com a chegada das primeiras doses da CoronaVac ao município se iniciou a vacinação dos grupos prioritários, no dia 19 de janeiro de 2021. Nesse momento, os grupos prioritários correspondiam aos trabalhadores da saúde que atendiam a pacientes com covid-19, trabalhadores envolvidos na campanha de vacinação, pessoas com deficiência (18+) moradoras de abrigo, população indígena (em terra indígena), idosos (60+) moradores de asilo e trabalhadores de instituição para idosos. A restrição do grupo demonstra a escassez de doses do período.



Figura 2 – Publicação do dia 18 de janeiro de 2021 com retrato sobre as primeiras pessoas imunizadas no Rio de Janeiro
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CKM9-l8HTxZ/>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

Em abril, foi o momento de os profissionais da educação básica, pessoas (inclusive gestantes) com comorbidades, pessoas com deficiências permanentes e trabalhadores essenciais serem inseridos no grupo prioritário.

Em maio, porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o calendário dos profissionais da educação básica e trabalhadores essenciais para restabelecer a ordem original dos grupos prioritários estipulada pelo Ministério da Saúde (MS) (o qual previa que pessoas com comorbidades deveriam ser imunizadas antes). No caso, o Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Estadual nº 47.547/2021 (Rio de Janeiro, 2021), priorizou a imunização dos profissionais de segurança, salvamento e forças armadas e profissionais da educação antes da imunização integral do grupo dos idosos, pessoas com comorbidades e deficiência, população de rua e privados de liberdade.

De acordo com o ministro Ricardo Lewandowski, o decreto não respeitou a forma escalonada dos grupos prioritários, necessária diante da não disposição de doses imediatas para vacinar todos os grupos em etapa única (Lewandowski [...], 2021). O ocorrido demonstra a descoordenação entre os entes federativos e as poucas doses, o que consequentemente resultou na lentidão e confusão do processo.



Figura 3 – Publicação do dia 6 de maio de 2021 com imagem sobre a decisão judicial do STF
Fonte: <https://www.instagram.com/p/COjNPXtnl1g/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Além disso, ao longo do período analisado, perceberam-se quatro suspensões do calendário, sendo certo que três ocorreram por falta de doses. Essas suspensões de acordo com o escalonamento dos grupos prioritários geraram atrasos e subsequentes acelerações do processo de imunização. Em curtos espaços de tempo, as datas direcionadas a determinados grupos eram modificadas, evidenciando a desordem e inconstância em que ocorreu a distribuição de doses por parte do Governo Federal, o que impôs que a população estivesse constantemente atenta, caso pertencente a algum grupo prioritário, ao respectivo dia indicado para a imunização.

No período analisado, foram identificados 7 calendários distintos para 6 grupos prioritários, sendo o sétimo referente ao calendário por idade. Como citado, a divulgação de um calendário não indica que ele se manteve, seja por suspensões, seja pela aceleração do processo de imunização.

Logo, essas particularidades resultaram na maior predominância de informações dos calendários vacinais, locais de vacinação e avanço da campanha no período da análise de conteúdo. Ao fim do período explorado, a Prefeitura anunciou o início da nova etapa de vacinação, com o fim dos grupos prioritários. Além disso, ela também ressalta que alcançou 98% dos idosos da cidade com pelo menos a primeira dose da vacina contra covid-19 em 1º de junho de 2021.

Interativa: promoção da confiança vacinal

Esta categoria foi constituída pelas 42 publicações com figuras renomadas da cidade do Rio de Janeiro, datas festivas e pontos de referência da cidade como postos de vacinação, histórias de cariocas vacinados e ações informativas acerca dos imunizantes. A cultura contemporânea instaurou formas de sociabilidade novas, aliando-se às tecnologias digitais. As novas tecnologias oferecem a possibilidade de todos serem criadores e distribuidores de conteúdos; por conseguinte, a publicidade mudou suas táticas no intuito de engajar o consumidor, tornando-o um aliado na disseminação de suas mensagens por meio da interatividade (Souza Neto, 2016). A interatividade se reflete no “tempo-espaco com duração de cliques, na relevância de conteúdos que sejam engajados por consumidores e na experiência que trará o contexto” (Souza Neto, 2016, p. 22).

No caso do Instagram da Prefeitura do Rio de Janeiro, a interatividade foi utilizada para a promoção da confiança vacinal, no intuito de transmitir informações acerca da segurança e confiabilidade das vacinas, em um cenário de desinformação e hesitação vacinal. No conteúdo, verificaram-se publicações que enfatizam a “identidade carioca” com a vacina (como, por exemplo, a participação de personalidades da cidade e a utilização de locais com valor afetivo para a população da cidade na campanha de vacinação), histórias de pessoas comuns sobre a experiência com a imunização, combate à desinformação e informações sobre a segurança e eficácia da vacina. Assim, a Prefeitura do Rio de Janeiro faz uso do humor, de uma linguagem descontraída e/ou informal, utilizando gírias locais, de forma a favorecer o compartilhamento de mensagens positivas sobre os imunizantes.

Por exemplo, os membros das velhas guardas das escolas de samba, assim como sambistas notáveis, ganharam destaque durante a vacinação dos grupos prioritários. No final de janeiro, para inaugurar a nova etapa de vacinação dos idosos que se iniciaria em fevereiro, o compositor Nelson Sargento, utilizando máscara com estampa do Clube Vasco da Gama (segunda maior torcida do Rio de Janeiro, figurando entre as dez maiores torcidas do Brasil), e o ator Orlando Drummond foram imunizados no Palácio do Catete.



Figura 4 – Publicação do dia 31 de janeiro de 2021 com imagem de Nelson Sargento recebendo a vacina contra covid-19
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CKtgRUaH-sl/>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

No mesmo sentido, o perfil da Prefeitura noticiou a vacinação da Velha Guarda da Portela, dos compositores e cantores Monarco e Tia Surica, do gari e passista Renato Sorriso e, posteriormente, publicou vídeo com o momento da vacinação do cantor Zeca Pagodinho, em linguagem descontraída, cantando paródia da música “Vai vadiar” de sua autoria, com apelo para que a população compareça para tomar a 2^a dose do imunizante.



Figura 5 – Publicação do dia 16 de abril de 2021 com vídeo de Zeca Pagodinho recebendo a vacina contra covid-19
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNvbA5xFTbl/>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

Sambas e marchinhas, manifestações culturais da cidade, foram utilizados como estratégia de divulgação da campanha e das vacinas. Como exemplo, o músico e compositor Moacyr Luz criou o Samba da Vacina, cujo refrão é “você sabe que o doutor, estudou pra receitar, só a vacina que pode curar”. Para acompanhar o samba, foi elaborado vídeo com a vacinação da população idosa e do sambista Nelson Sargento.

Além das personalidades de renome da cidade, com a chegada de doses e a agilidade do processo de vacinação dos grupos prioritários, a Prefeitura do Rio de Janeiro também divulgou a utilização de locais de referência da cidade como centros de vacinação. Esse foi o caso do sambódromo, da quadra do bloco de carnaval Cacique de Ramos, da Portela, do Teatro Municipal e do Museu do Amanhã.

A identificação da cidade como reduto do Carnaval foi especialmente explorada no mês de fevereiro de 2021 diante da necessidade de suspensão da tradicional festividade.



Figura 6 – Publicação do dia 13 de fevereiro de 2021 com vídeo do Rei Momo e do Prefeito do Rio de Janeiro entregando a chave da cidade para os profissionais da saúde.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLPb0brHwz/>. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

Para além das personalidades, locais e datas com apelo afetivo para a população carioca, outras estratégias de comunicação para a confiança vacinal também foram observadas, como a contação de histórias da vida de moradores da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, pessoas como Dona Suzete, Doutor Ivan, Cleusa, Norma, Sicília, Eliete, Celma e Miriam, dentre outros, pertencentes aos grupos dos idosos, profissionais da saúde, profissionais da educação, relataram suas experiências e expectativas com a vacinação. Assim, percebe-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro buscou inserir personalidade ao seu perfil, em detrimento de uma linguagem meramente institucional.



Figura 7 – Publicação do dia 2 de maio de 2021 com vídeo de Ivan Santana, neurocirurgião afastado por fazer parte do grupo de risco, relatando sua experiência com a 1ª dose da vacina.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/COYbTG-Hb92/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Apesar de aparecerem em menor quantidade, também há publicações com informações sobre eficácia e segurança das vacinas. No dia 1º de abril, conhecido como Dia da Mentira, a Prefeitura fez uma campanha contra as fake news sobre as vacinas e sobre as medidas preventivas contra a covid-19, solicitando que a população busque informações em fontes oficiais. A postagem tem destaque pelo alcance, com 24.132 visualizações em 22/12/2023, acompanhada de inúmeros comentários em defesa do tratamento precoce e da autonomia do médico em indicá-lo, contrários à “vachina”, afirmações de que a Prefeitura estaria “politizada”, manifestando contrariedade ao lockdown, dentre outros.



Figura 8 – Publicação do dia 1º de maio de 2021 com vídeo sobre verdades e mentiras sobre a prevenção e vacinação
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNImVVXHGzb/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Por fim, a Prefeitura também deu destaque às primeiras evidências fáticas da eficácia dos imunizantes, tais como a queda na busca por atendimento com sintomas gripais e no número de novos casos confirmados de covid-19 no município do Rio.

DISCUSSÃO

Ao abordarmos a comunicação em saúde, consideramos as interfaces dos elementos que constituem os dois campos de saberes. Portanto, todo o aparato teórico-conceitual e metodológico da comunicação adquire especial pertinência quando operando sobre o campo da saúde (Araújo; Cardoso, 2007). Ocorre que as TICs introduziram novos desafios para esse campo interdisciplinar, principalmente por possibilitarem a rápida produção e disseminação de mensagens, com abrangência até então não experienciada, impondo a adaptação dos modelos comunicacionais dos entes federativos, conjuntura acentuada pela pandemia da covid-19.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a infodemia foi um dos grandes desafios impostos pela covid-19. O fenômeno está relacionado à grande disseminação de informação, tornando difícil a identificação de fontes idôneas e confiáveis, tendo as redes sociais um campo fértil para disseminação de notícias falsas sobre saúde. Nesse cenário, quando os entes públicos, como as prefeituras, atuam nas redes sociais, se inserem na disputa desse espaço e podem valer-se da credibilidade institucional para se afirmar como fonte confiável.

Porém, se em algum momento as tecnologias digitais foram consideradas uma forma de participação mais ativa da população na comunicação ou mesmo um espaço de neutralidade, sabe-se que atualmente as plataformas digitais podem introduzir vieses que favorecem determinados posicionamentos ou direcionamentos latentes na sociedade, em detrimento de outros (Cesarino, 2022).

As plataformas digitais declararam que a publicidade digital brasileira movimentou R\$32,4 bilhões de reais, sendo a sua principal fonte de financiamento (A guerra [...], 2023). Durante a pandemia, a publicidade financiada em perfis do Instagram e Facebook, por exemplo, veiculou estímulos ao tratamento precoce (mesmo que já comprovadamente ineficaz) e falsos efeitos adversos das vacinas contra a covid-19, levando a Meta, empresa matriz das plataformas, a derrubar cerca de 1 milhão de postagens (Galvani, Jucá, 2021).

É notório que o conteúdo divulgado pode atingir incontáveis usuários, de forma que o seu impacto é dificilmente verificável com exatidão, mesmo que seja depois derrubado. Também deve-se considerar até que ponto as plataformas digitais estão dispostas a diminuir seus lucros em prol da causa, sem qualquer regulamentação estatal sobre o tema. Nesse cenário, os usuários ficam vulneráveis aos interesses econômicos das plataformas, uma vez que anúncios diversos, inclusive desinformação sobre vacinas, podem facilmente ser veiculados sem que haja sanções (A guerra [...], 2023).

As novas mídias facilitam os denominados processos de desintermediação, acirrando a desconfiança dos usuários com relação à “grande mídia”, aos intelectuais e acadêmicos e às instituições da democracia representativa, como as Prefeituras (Cesarino, 2022). Por isso, é comum que entes federativos, integrantes da estrutura do Estado, passem a ser alvos de desconfiança, enquanto médicos influenciadores e pacientes experts (que se popularizaram na internet durante a pandemia) ganhem confiabilidade. Considerando a conjuntura, estratégias de comunicação que tragam pessoalidade a perfis estatais podem ser uma alternativa à desintermediação, como foi o caso das publicações que contaram histórias sobre pessoas comuns residentes na cidade.

Ainda no que tange à desintermediação, o contexto brasileiro traz uma particularidade: a de que entes federativos e figuras políticas de grande alcance divulgaram, por meio dos seus perfis em redes sociais, desinformação acerca da covid-19 e das respectivas vacinas. Assim, até mesmo a credibilidade institucional e estatal que permitiria a veiculação de informações oficiais e confiáveis foi revertida em um processo de politização de determinados assuntos, como foi o caso do isolamento social, do uso de máscaras e da vacinação.

No que tange à categoria “Informativa” que emergiu da análise de conteúdo, notou-se que as datas de vacinação de determinados grupos foram modificadas em curtos períodos, evidenciando a desordem e inconstância da distribuição dos imunizantes por parte do Governo Federal. Logo, isso impôs que a população permanecesse constantemente atenta aos calendários vacinais caso pertencesse a algum grupo prioritário.

Assim, a análise do conteúdo demonstrou as constantes suspensões e reiteradas modificações dos calendários vacinais dos grupos prioritários. Verificou-se que a administração municipal optou por priorizar o rápido andamento da campanha, antecipando o calendário logo após a chegada de doses, estratégia que posiciona a vacinação como a principal forma de controle da pandemia. Há que se ressaltar, porém, que mudanças constantes do calendário vacinal no intuito de antecipá-lo podem não ter o efeito desejado quando analisado sob o viés da comunicação em saúde.

O direito à comunicação não deve ser tratado como mero direito à informação, mas também como o direito de ser reconhecido e participar no debate público. A análise dos dados, com a predominância de conteúdos sobre o calendário vacinal, demonstra um modelo informacional que transfere informações em saúde, como se às instituições públicas restasse a tarefa de comunicar (Araújo; Cardoso, 2007), sem considerar que, diante do crescimento da hesitação vacinal no Brasil, estabelecer uma comunicação compartilhada com a sociedade poderia ser mais frutífero.

Assim, as modificações do calendário podem ter dificultado o estabelecimento de redes mais sólidas de comunicação entre poder público e sociedade civil, tendo em vista que a população não necessariamente foi informada sobre todos os calendários, seja por questões de acesso às redes sociais, por direcionamentos do conteúdo por parte da plataforma e/ou por ausência, insuficiência e/ou precarização de meios de comunicação em saúde diversos.

Outra categoria que surge a partir da análise dos dados é a “interatividade”, utilizada como uma forma de promover a confiança vacinal (Razai et al., 2021). Percebe-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro utilizou-se de publicações sobre a “identidade carioca” com a vacina, dando ênfase à participação de personalidades da cultura carioca, em especial aos sambistas, locais de valor afetivo para a população como postos de vacinação, contação de histórias de cidadãos comuns da cidade e as suas vivências com as vacinas, dentre outras estratégias. A utilização desse artifício favorece o compartilhamento de mensagens positivas sobre os imunizantes, estimulando a interatividade dos seguidores do perfil da Prefeitura.

Dessa forma, a Prefeitura do Rio de Janeiro utiliza as novas tecnologias digitais interativas como instrumentos estratégicos para a comunicação em saúde, em busca de uma relação de dupla mão entre cidadãos e governo. Isso porque canais como o Instagram podem facilitar e estreitar as conexões com os usuários, os quais passam a ter acesso virtual direto aos entes e/ou órgãos governamentais (Brito, 2006). Essa ideia se baseia na concepção de que a transformação digital modificou os paradigmas da comunicação ao segmentar, “desintermediar” e cortar transversalmente as tradicionais relações na sociedade. A nova configuração permite que os atores sejam, simultaneamente, emissores e receptores, promovendo interatividade entre as partes (Brito, 2006).

Ocorre que a lógica da interatividade nas plataformas digitais pode conduzir a um cliente e não a um cidadão, o que enseja debates sobre como estabelecer a comunicação no SUS a partir do uso das TICs. Nesses debates deve ser considerado que as determinações da saúde são mais complexas do que atitudes individuais ou grupais de participação e interação, uma vez que os processos de produção dos sentidos incluem muito mais fatores e mediações (Araújo, 2004; Araújo; Cardoso, 2007) do que uma comunicação ‘bem-feita’ nas redes sociais.

Considerando os referidos debates na comunicação em saúde por meio das plataformas digitais, os princípios do SUS, sejam os doutrinários da universalidade, equidade e integralidade, sejam os organizativos da descentralização, hierarquização e participação podem ser caminhos possíveis na construção de uma comunicação que garanta o reconhecimento e participação da sociedade no debate público, em especial nos processos de vacinação.

Dessa forma, no lugar de as instituições de saúde se valerem da comunicação como uma prerrogativa para apoiar e implantar suas políticas, divulgando ações e prescrevendo comportamentos enquanto à população cabe apenas o lugar de receptor da informação, pode-se utilizar as plataformas digitais, mesmo com suas limitações, para disponibilizar novos espaços de fala e escuta.

No período analisado nesta pesquisa, verificou-se que o perfil da Prefeitura do Rio de Janeiro respondeu a algumas perguntas realizadas por comentários, ferramenta capaz de criar uma comunicação direta entre cidadão e poder público. Assim, a disponibilização de outros fóruns ou recursos nesse sentido, estabelecendo um canal direto de comunicação e engajamento com a população, pode contribuir na construção de um ecossistema informacional sobre saúde mais robusto, assim como leva em consideração o princípio da universalidade.

As plataformas digitais podem ser utilizadas a partir da equidade e da integralidade, mas existem empecilhos. As TICs não são transparentes quanto às estruturas dos seus algoritmos, de forma que não é possível averiguar a suposta neutralidade do conteúdo que é entregue ao usuário. Além disso, é manifesto o privilégio das postagens recentes, conexões entre comportamentos próximos (Cesarino,

2022) e a prevalência da audiência ao conhecimento pessoal (o que prejudica o alcance de perfis de entes federativos, como é o caso em análise).

Mesmo assim, a equidade e a integralidade devem ser abordadas, respectivamente, para considerar as diferenças sociais na comunicação acerca da imunização, impondo a contextualização para definir as possibilidades de circulação, compreensão e apropriação das estratégias comunicativas e, além disso, para abordar as práticas de escuta e reconhecimento do outro, serviços como espaços de conversa e de destaque às falas autorizadas (Araújo; Cardoso, 2007).

Quanto à descentralização, é importante compreender as formas com as quais o direito de falar e ser ouvido é desigualmente distribuído. Nesse sentido, a comunicação em saúde deve buscar desconcentrar o poder de fala nas instituições. Por isso, a comunicação sobre vacinas em redes sociais pode não ser pensada tão somente pelo ente federativo ou outras instituições, mas em parceria com movimentos sociais e comunidades no intuito de consolidar outras vozes que não sejam do Estado na construção das políticas de saúde.

Dessa forma, a atuação nas plataformas digitais deve também favorecer o surgimento e a consolidação de canais e perfis locais de expressão e circulação de mensagens, trazendo possibilidades de escuta para construir, assim, uma comunicação sobre vacinas em que diversos contextos e atores são contemplados. A descentralização pode propiciar maior participação nas decisões sobre comunicação.

Quanto à hierarquização, a comunicação não necessariamente deve estar sob restrição atribuição dos órgãos de nível mais centrais, como é o caso da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em um cenário no qual a desintermediação acirra a desconfiança dos usuários com relação às instituições da democracia representativa, a capacidade comunicativa dos municípios deve ser fortalecida, o que não impede a revisão da forma centralizada e hierárquica como muitas vezes ocorre a comunicação em saúde.

Por fim, a participação recomenda uma comunicação universal, equitativa, integral, descentralizada e não hierarquizada, princípio que passa pelas mesmas questões de desigualdade no poder discursivo. Logo, a estratégia de comunicação sobre as vacinas deve desenvolver espaços, processos e práticas que ampliem as vozes mais periféricas. Nesse sentido, apresentar a experiência do morador da cidade do Rio de Janeiro e dos profissionais da saúde sobre a vacinação pode ser uma forma de construir esses espaços, porém, é relevante que a iniciativa seja uma construção conjunta com a sociedade, de forma não verticalizada. Vale pontuar que a promoção de uma “identidade carioca” com prioridade para temas relacionados ao samba pode não englobar a pluralidade dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro e regiões próximas que acessam os serviços de saúde da capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da discussão dos resultados aqui expostos, pretendeu-se colaborar com entes federativos e órgãos públicos na utilização das plataformas digitais para a comunicação em saúde, em especial para a vacinação. Assim, este estudo considera que as redes sociais são ferramentas essenciais a serem disputadas, apesar das suas limitações. Por meio desta pesquisa, buscou-se demonstrar a importância das mídias digitais para a imunização, assim como a sua potencialidade quando em diálogos com os princípios do SUS (Melo et al., 2021), considerando que o direito à saúde só pode ser plenamente alcançado pelos sujeitos e pela coletividade se o direito à comunicação também lhes for assegurado.

REFERÊNCIAS

- A GUERRA das plataformas contra o PL 2630. Netlab, Rio de Janeiro, Apr. 2023. Available from: <https://www.netlab.eco.br/post/a-guerra-das-plataformas-contra-o-pl-2630>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- ARAÚJO, Inesita Soares de. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100010>. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/mXPrpPYcQxGMCJZ3jN9CHGB>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BARCELLOS, Renato. Entenda o processo de impeachment que resultou na cassação de Wilson Witzel. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 Apr. 2021. Available from: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-processo-de-impeachment-que-resultou-na-cassacao-de-wilson-witzel/>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023?]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Accessed: 23 Ago. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 1975. Available from: https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6259.htm#:~:text=LEI%20n%206.259%2C%20DE%2030%20DE%20OUTUBRO%20DE%201975.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20doen%C3%A7as%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Accessed: 23 Ago. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. CPI da Pandemia. **Relatório final**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Available from: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fc73ab53-3220-4779-850c-f53408ecd592>. Accessed: 28 Dec. 2022.
- BRITO, José Augusto Pereira. Cibercidadania: a virtualização na Comunicação Pública contemporânea. **Organicom**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 106-123, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138914>. Available from: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/138914>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- CAVALCANTE, João Roberto; ABREU, Ariane de Jesus Lopes de. Covid-19 no município do Rio de Janeiro: análise espacial da ocorrência dos primeiros casos e óbitos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. e2020204, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300007>. Available from: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Dg6LJRhyfzTRgKyq3Wx9Lz>. Available from: 23 Ago. 2024.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.
- COUTINHO, Máisa Miranda *et al.* Instagram – Novo instrumento de comunicação em saúde: uma revisão da literatura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SAÚDE DA FAMÍLIA E DEMOCRACIA, 1., 26-29 Oct. 2022, online. **Anais [...]**, [S. l.]: Even3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/saudeedemocracia.534185>. Available from: <https://www.even3.com.br/saudeedemocracia/>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- FERNANDES, Luisa; ORTEGA, Francisco. A Atenção Primária no Rio de Janeiro em tempos de covid-19. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. e300309, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300309>. Available from: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dR8cWVJsGkzFBpKvg8KNw8k>. Accessed: 23 Ago. 2024.
- FERNANDEZ, Michelle Vieira; PINTO, Hêider Aurélio. Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à covid-19. **Saúde em Redes**, Porto Alegre, v. 6, n. 2 supl, p. 211-225, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2020v6n2Suppl211-225>. Available from: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3150>. Accessed: 23 Oct. 2024.
- GALHARDI, Cláudia Pereira *et al.* Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. supl 2, p. 4201-4210, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z>. Accessed: 23 Ago. 2024.

GALVANI, Giovanna; JUCÁ, Julyanne. Facebook e Instagram derrubaram 1 milhão de postagens com *fake news* sobre covid. **CNN Brasil**, São Paulo, 11 Nov. 2021. Available from: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/facebook-e-instagram-derrubaram-1-milhao-de-postagens-com-fake-news-sobre-covid/>. Accessed: 23 Jan. 2024.

IBGE. Rio de Janeiro. **IBGE Cidades**, Brasília, DF, 2022. Available from: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Accessed: 27 Ago. 2024.

KEMP, Simon. Digital 2023: Brazil. **DataReportal**, [s. l.], 12 Feb. 2023. Available from: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Accessed: 23 Ago. 2024.

LEWANDOWSKI suspende decisão que permitia mudança de grupos prioritários para vacinação no RJ. STF, Brasília, DF, 3 May 2021. Notícias. Available from: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=465229&ori=1>. Accessed: 27 Ago. 2024.

LOPES, Anna Júlia. Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. **Poder360**, [s. l.], 17 jan. 2022. Available from: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Accessed: 23 Jan. 2024.

MACDONALD, Nomi E. Vaccine hesitancy: Definition, scope and determinants. **Vaccine**, Amsterdam, v. 33, n. 34, p. 4161-4164, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036>. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X15005009>. Accessed: 23 Ago. 2024.

MELO, Rochele Malheiros de *et al.* O engajamento público através das mídias sociais. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 28, n. 3, p. 88-111, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v28i3a2021.2865>. Available from: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2865>. Accessed: 23 Ago. 2024.

MELLO, Clarissa Mello *et al.* **Direto pro (a)braço**: a resposta do Rio de Janeiro à pandemia de covid-19. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde, 2023. Available from: https://epirio.svs.rio.br/wp-content/uploads/2023/01/SMS_DiretoAbraco.pdf. Accessed: 23 Ago. 2024.

MOORE, Daniella Campelo Batalha Cox *et al.* Low covid-19 vaccine hesitancy in Brazil. **Vaccine**, v. 39, n. 42, p. 6262-6268, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2021.09.013>. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X21011920>. Accessed: 23 Ago. 2024.

NETLAB. A Guerra das Plataformas contra o PL 2630. abr. 2023. Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/2cab203d-e44d-423e-b4e9-2a13cf44432e/A%20guerra%20das%20plataformas%20contra%20o%20PL%202630%20-%20NetLab%20UFRJ,%20Abril%202023.pdf>. Accessed: 22 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Carolina Lopes de; BACCARIN, Matheus; GUIMARÃES, Larissa Souza. Três meses, três ministros: o conteúdo do Instagram do Ministério da Saúde na pandemia da covid-19. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 1-11 Dec. 2020, online. **Anais** [...]. [S. l.]: Anpocs, 2020. Available from: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/1743?guid=1724778790684&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2ffistar%3fguid%3d1724778790684%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1743%231743&i=1>. Accessed: 23 Ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. [Brasília, DF]: Opas, 2020. Available from: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Accessed: 28 Dec. 2022.

RAZAI, Mohammad S. *et al.* Covid-19 vaccine hesitancy: the five Cs to tackle behavioural and sociodemographic factors. *Journal of the Royal Society of Medicine*, Londres, v. 114, n. 6, p. 295-298, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/01410768211018951>. Available from: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01410768211018951>. Accessed: 23 Ago. 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto no 47547, de 30 de março de 2021. Dispõe sobre a criação do Calendário Único de Vacinação da Secretaria de Estado de Saúde para as Ações de Imunização da campanha da vacinação contra a covid-19 em todo o estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 60, p. 1, 2021. Available from: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-47547-2021-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-a-criacao-do-calendario-unico-de-vacinacao-da-secretaria-de-estado-de-saude-para-as-acoes-de-imunizacao-da-campanha-da-vacinacao-contra-a-covid-19-em-todo-o-estado-do-rio-de-janeiro>. Accessed: 27 Ago. 2024.

RIO DE JANEIRO. Painel Rio covid-19. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2023. Available from: <https://www.data.rio/apps/painel-rio-covid-19/explore>. Accessed: 22 Jan. 2024.

SANTOS, Gustavo Henrique Campos dos. O uso das mídias no poder público: análise do perfil "Senado Federal" no Facebook. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) –Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA NETO, Francisco Monteiro de. Linguagens na Ciberpublicidade: análise semiótica dos mecanismos de busca. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Available from: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3827>. Accessed: 23 Ago. 2024.